



COLUNA DO CASTELO

CARLOS CASTELO BRANCO

Continua difícil acordo sobre o ajuste fiscal

Deflagrou-se esta semana a plena negociação em busca do consenso que induza o Congresso a aprovar durante a convocação extraordinária os projetos do governo, a começar pelo ajuste fiscal. Ontem o presidente da República reuniu-se com seus líderes parlamentares e recebeu os governadores do Nordeste. Sexta-feira reúne-se com os presidentes de partido e, no início da próxima semana, tem reunião programada com os líderes da chamada sociedade civil. O presidente do Congresso, por sua vez, não quis ficar atrás e programou reuniões tanto de lideranças quanto com os dirigentes da CNBB, OAB e ABI, às quais acrescentou a CNI.

Não será portanto por falta de reuniões que deixará de haver acordo entre dirigentes partidários, lideranças parlamentares e lideranças de entidades tidas como representativas de setores sociais. Mas há também quem acredite que essa concentração de encontros e trocas de idéias mal esconde a tremenda dificuldade que continua a ter o governo para fazer seus projetos (os projetos que mandou ou que endossou) aprovados pelo Congresso. Atribuem-se ao presidente do Senado, Mauro Benevides, duas preocupações: não deixar a coordenação do acordo por conta exclusiva do presidente da República, a quem o Congresso deveria antecipar-se, e atrair a representação da sociedade civil para que o Congresso não seja sozinho responsável pelas eventuais dificuldades.

Ora, nada indica que entre o fim de dezembro e o começo de janeiro haja mudado tanto o ânimo dos parlamentares que já se disponham a aprovar, por exemplo, o ajuste fiscal. O relator da comissão especial da Câmara, por onde tramita o projeto, pensa ter feito a composição possível para viabilizar o ajuste. O governo, no entanto, não aceitou seu substitutivo. Também não se quebraram resistências militantes, como a do deputado José Serra, líder do PSDB, para quem algumas propostas contidas no projeto do governo não produzirão o efeito desejado além de serem impróprias.

O líder do governo no Senado, Pedro Simon, antecipou-se às dificuldades declarando aberto a mudanças todo o programa governamental delineado pelo ministro do Planejamento e aparentemente adotado pelo presidente Itamar Franco. Paulo Haddad viu-se constrangido a reiterar a abertura do líder e como seu plano inclui a apro-

vação dos projetos de modernização dos portos, da concessão de serviços públicos, das patentes industriais e outros é de supor-se que por aí não faltarão sugestões alternativas das lideranças de esquerda que se incluem no esquema governamental.

Como que para facilitar as negociações e clarear o horizonte incluiu-se na pauta da convocação extraordinária a reforma agrária. Até parece que houve intenção maliciosa na listagem dos itens da agenda dessa reunião, no entanto feita para presentear o governo com a aprovação pelo menos do ajuste fiscal, sem o qual não haveria dinheiro para consertar as estradas e garantir o desempenho da previdência nos termos prometidos pelo ministro Antônio Brito. A procura de entendimento em torno do que é do interesse imediato do governo é como que embaraçada pela conjunção de outros temas do tradicional desentendimento parlamentar e nacional.

Quanto à convocação dos dirigentes das associações da entidade civil, cabe acentuar que esse é um item que se vai tornando obrigatório em todas as pautas de negociação política. Tudo vem da iniciativa do falecido Petrônio Portela quando quis encontrar credibilidade para levar avante o projeto de distensão do general Ernesto Geisel. Os conflitos no Congresso evidenciavam a resistência do MDB em confiar numa promessa política cujos efeitos não sentia imediatamente. Incluir os bispos e pessoas respeitáveis das associações de advogados e jornalistas, como Raimundo Faoro e Barbosa Lima Sobrinho, foi uma idéia de Portela que iria dar pleno rendimento, abrindo um fórum que assegurou a credibilidade da proposta.

Neste momento, quando o Congresso que é a força representativa da sociedade está reforçado na sua missão até mesmo por ter ejetado do poder um presidente da República, CNBB, OAB e ABI teriam um papel menos saliente. Entende-se sua convocação pelo governo como um apelo a forças subsidiárias para obter consenso do Congresso e para quebrar resistências ideológicas com o beneplácito de entidades que tomaram partido no debate político que extrapola o plano institucional. E quando é o Congresso que convoca bispos, advogados e jornalistas parece tratar-se de um gesto de insegurança. Seria como que deputados e senadores a gritar: pressionem-me.